

## *Entrevista<sup>1</sup> com Marilda Villela Yamamoto<sup>2</sup>*

*SS&S Professora, boa tarde. É um prazer falar com a senhora, principalmente pela contribuição que vai oferecer para a Revista Serviço Social e Saúde, da UNICAMP. Inicialmente, para abrir a nossa conversa, gostaríamos que falasse sobre sua trajetória profissional e seu encontro com o Serviço Social.*

**Marilda:** Eu sou mineira de Juiz de Fora. Fiz meu curso de graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Meu encontro com o Serviço Social decorreu da preocupação com a política, fruto da participação no movimento estudantil secundarista. Teve interferência também da Igreja Católica progressista: da Juventude Estudantil Católica e, posteriormente, da Juventude Universitária Católica, que também tinha uma inserção no movimento estudantil. Ingressei no curso de graduação em Serviço Social em 1967, o que foi uma experiência muito privilegiada naquele momento histórico. Um traço marcante no curso foi o estudo sobre as interpretações do Brasil: a realidade brasileira esteve muito presente na minha formação profissional. Naquela época se estudava as obras de Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Paul Singer, Celso Furtado, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, entre outros pesquisadores da formação social e econômica do Brasil. Havia muita densidade nos estudos sobre o Brasil, como por exemplo, o debate se o país tinha ou não uma tradição feudal ou capitalista no seu passado colonial, importante para se pensar a Revolução Burguesa no Brasil e sua superação. Enfim, foi um curso de Serviço Social, mas com forte contribuição da História, das

**Ingressei no curso de graduação em Serviço Social em 1967, o que foi uma experiência muito privilegiada naquele momento histórico.**

<sup>1</sup> Entrevista realizada pela equipe da Revista SS&S, em 31 de março de 2007, nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo.

<sup>2</sup> A autora é doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, selecionada para o Programa PROCIÊNCIA, Coordenadora do Programa de Estudos e Pesquisas Pensamento Social e Realidade Brasileira na América Latina e do Centro de Estudos Octávio Ianni.

Ciências Sociais e do debate ético.

Logo em seguida, imediatamente após o término do curso de graduação, em 1971, fui dar aulas na Escola de Serviço Social, da então Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC-MG. Foi uma experiência muito interessante que vivi: a construção da proposta de profissão e de formação acadêmica que ficou conhecida como “Método Belo Horizonte”. Era um questionamento ao Serviço Social tradicional e clássico, na busca de uma proposta unificada de um Serviço Social enraizado na realidade latino-americana, em contraposição ao “projeto oficial”, à época de caráter hegemônico, representado pela proposta do CBCISS, consubstanciada nos Documentos de Araxá, de Teresópolis e depois de Sumaré. Havia na proposta da Escola de Serviço Social da UCMG uma forte articulação com o movimento de Reconceituação do Serviço Social da América Latina, tal como se expressou nos países de língua hispânica.

Meu contato com o Serviço Social latino-americano decorreu ainda dessa época, quando eu enviei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para concorrer a uma bolsa de estudos para participar, em 1971, do Seminário Latino-Americano de Serviço Social que teve lugar na cidade de Ambato, no Equador. Esse seminário foi parte de uma série de eventos similares, realizados nas décadas de sessenta e setenta, de articulação da profissão na América Latina, com o apoio da *Fundação Konrad Adenauer*, da Alemanha. Esse processo vai se desdobrar na criação do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* – CELATS – um organismo de cooperação técnica internacional, vinculado à *Associação Latino-Americana de Ensino em Serviço Social* (ALAESS). Vivia-se naquele momento o debate entre as tendências desenvolvimentistas da Reconceituação, presentes desde o início do movimento no Cone Sul – em que figuravam como seus pioneiros os Professores Dr. Seno Cornely e Dra. Maria Lúcia Carvalho, entre outros – e as novas perspectivas, que

**Foi uma experiência muito interessante que vivi: a construção da proposta de profissão e de formação acadêmica que ficou conhecida como “Método Belo Horizonte”.**

traziam a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista. Esta última tinha como interlocutores: Dr. Vicente de Paula Faleiros, que à época trabalhava na *Universidade de Valparaiso*, no Chile; Roberto Rodriguez, na Colômbia; Leila Lima Santos, Ana Maria Quiroga e Consuelo Quiroga da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, dentre muitos outros protagonistas. Enfim, participei desse período inicial da renovação do Serviço Social latino-americano.

No auge da ditadura, eu fui capturada pela repressão, presa e submetida à tortura, experimentando os “porões” da ditadura militar. Fiquei sob a custódia do Estado durante seis meses e, depois desse processo, ingressei no exercício profissional fora da Universidade. Aliás, antes, ainda em Belo Horizonte, trabalhei no então *Instituto Nacional de Previdência Social* (INSS) e fui demitida por “abandono de serviço” porque eu fui seqüestrada na porta da minha casa pelos órgãos de repressão e me encontrava incomunicável nas dependências do DOI-CODI. Aliás, essa condição de vítima de tortura foi oficialmente reconhecida recentemente pelo governo do estado de Minas Gerais.

Bom, depois desse processo, eu me casei e fui trabalhar no Sul, em Santa Catarina, numa prefeitura; posteriormente, tive uma experiência na área rural, no noroeste paulista, na região de Lins, no *Instituto Paulista de Promoção Humana*. Depois fui fazer o mestrado em Sociologia Rural, na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiróz’, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), em Piracicaba (SP). Naquele momento, eu quase abandonei o Serviço Social em favor de estudos sobre a questão agrária. O mestrado foi um período de formação absolutamente importante na minha trajetória intelectual. Alguns mestres muito contribuíram para a minha formação acadêmica, como o saudoso Professor Dr. José Albertino Rodrigues, que me iniciou nos estudos do pensamento social; o Professor Dr. José de Souza Martins, com quem eu fiz a minha formação sobre a obra de Marx durante oito

**Enfim, participei desse período inicial da renovação do Serviço Social latino-americano.**

anos, participando dos seminários por ele organizados na pós-graduação em Sociologia da USP; e, também, o Professor Dr. Oriowaldo Queda, da Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, meu orientador de mestrado na USP, com quem muito aprendi sobre o mundo rural.

E, no final do curso de mestrado, ao invés de concluir a minha pesquisa sobre a questão agrária, eu retornei ao tema do Serviço Social, para repensar a profissão e sua história no Brasil, beneficiando-me da bagagem teórica acumulada nesse período e de um trabalho profissional como pesquisadora, que fiz, em 1979, para o *Centro Latinoamericano de Trabajo Social*. A pesquisa era parte de um projeto de investigação sobre a história do Serviço Social na América Latina (Brasil e Peru), coordenada pelo sociólogo peruano, Manuel Manrique Castro e, no caso brasileiro, contou também com a participação do economista Raul de Carvalho.

Parcela de minha dissertação de mestrado foi publicada como a primeira parte do livro, elaborado em co-autoria com Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, em 1982, numa co-edição Celats/ Ed. Cortez, hoje na sua 21ª edição. Em 1983, o livro foi editado em espanhol, sob o título, *Relaciones Sociales y Trabajo Social*, pelo Celats. O restante de minha dissertação de mestrado só foi publicada em 1992, como parte de um conjunto de ensaios: *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, pela Ed. Cortez, hoje em sua 8ª edição.

Assim, no início da década de oitenta deu-se meu reencontro definitivo com o Serviço Social, todavia sem deixar os estudos sobre a questão agrária. Estes só vieram a público muito mais tarde, com a minha tese de doutorado em Ciências Sociais, na PUC-SP sobre o trabalho na agroindústria canavieira, a partir de pesquisa realizada em áreas de corte da cana e em usinas de açúcar e álcool na região de Piracicaba (SP). A tese foi realizada sob a orientação inicial do Prof. Dr. Octávio Ianni – até seu

**Assim, no início da década de oitenta deu-se meu reencontro definitivo com o Serviço Social, todavia sem deixar os estudos sobre a questão agrária.**

desligamento da PUC-SP e ingresso na UNICAMP – e concluída sob a orientação da Prof. Dra. Vera Chaia. Foi publicada em 2001, no livro: *Trabalho e indivíduo social* (São Paulo: Cortez).

Nesse período, em 1980, eu retomei a docência na Faculdade de Serviço Social da PUC-SP onde permaneci durante quase uma década. Em 1988 fiz concurso público para a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) passando a atuar na graduação e pós-graduação, onde me aposentei como professora titular. Enfim, estou no Serviço Social até hoje, atualmente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na qual trabalhei durante quatro anos como professora visitante e ingressei formalmente no seu quadro docente em 2005, mediante concurso público para professora titular.

**SS&S** – *Professora, diante de sua relevante e contínua contribuição na construção do projeto ético político da profissão, gostaríamos de saber como a senhora analisa o atual momento onde se tem buscado avaliar a implantação do novo currículo do Serviço Social?*

**Marilda:** Eu participei da proposta de construção das diretrizes curriculares do Serviço Social, concluída em 1996, época em que assessoriei a *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* (ABEPSS) nesse processo coletivo, com efetiva participação das unidades de ensino do país. A ABEPSS se antecipa às iniciativas do Ministério da Educação no debate nacional sobre a proposta curricular.

Posteriormente, como membro da *Comissão de Especialistas de Ensino da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC)* participei do processo de encaminhamento das diretrizes elaboradas pela ABEPSS ao Conselho Nacional de Educação para sua deliberação. Foram realizadas pela Comissão algumas adequações e aperfeiçoamentos naquela proposta

**Eu participei da proposta de construção das diretrizes curriculares do Serviço Social, concluída em 1996, época em que assessoriei a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nesse processo coletivo, com efetiva participação das unidades de ensino do país**

original, ouvindo as entidades representativas da categoria e consultores acadêmicos por elas reconhecidos. As diretrizes curriculares da ABEPSS representaram, no meu modo de ver, um importante avanço no debate profissional e eu creio que elas ainda não foram realizadas na sua plenitude até hoje.

Existem algumas novidades nessas diretrizes: pela primeira vez, o exercício profissional é alçado ao centro da formação, sob o ângulo do trabalho profissional. Esta não é uma escolha aleatória, mas reafirma a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo e ratifica a leitura da profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Tem sido recorrente a tendência de se relegar o exercício profissional às franjas da formação acadêmica, restrito às disciplinas de supervisão, geralmente tidas como de menor exigência teórica, o que a proposta das diretrizes pretendia reverter.

Assim, as diretrizes trouxeram para o centro do processo formativo o processamento do trabalho do assistente social. Num primeiro momento, ele foi pensado como o trabalho do Serviço Social e depois foi retificado como trabalho do Assistente Social, visto ser o trabalho uma atividade do sujeito. Creio que o debate do exercício profissional como trabalho precisa ser mais burilado e teoricamente enfrentado. Porque quando você faz o trânsito da discussão da profissão enquanto instituição para o exercício, existe uma série de elementos que enriquecem a análise: as forças sócio-políticas presentes na sociedade e suas expressões nas injunções institucionais; o reconhecimento da condição de trabalhador assalariado e dos dilemas da alienação dele indissociáveis em tensão com um projeto profissional coletivamente construído e socialmente referenciado; o contrato e as relações de trabalho, a normatização institucional, as pressões voltadas à produtividade, etc. tais elementos não são alheios ou “externos” à atividade do assistente social uma vez que condicionam as possibilidades e limites desse exercício. Dessa forma, as diretrizes curriculares

**Existem algumas novidades nessas diretrizes: pela primeira vez, o exercício profissional é alçado ao centro da formação, sob o ângulo do trabalho profissional.**

trazem algo novo que me parece fundamental: pensar o exercício profissional articulado ao conjunto da realidade do trabalho no Brasil contemporâneo.

Outra ênfase das diretrizes curriculares refere-se à *questão social* como base histórica de fundação do Serviço Social, cujas múltiplas expressões são objeto da atuação do assistente social, mediatizada pelas políticas públicas que materializam direitos sociais e pelas lutas e movimentos das classes sociais.

No âmbito dos *fundamentos do Serviço Social* uma inovação foi a *articulação entre teoria, história e método do Serviço Social*, enquanto dimensões interdependentes de uma mesma trajetória histórica, teórico-metodológica e que envolve respostas práticas acionadas ao longo do tempo. Esse é um grande desafio teórico, ainda em construção, que exige estudos e pesquisas. Destaco ainda a importância atribuída à ética, uma dimensão transversal à formação e ao exercício profissional.

A proposta da ABEPSS sofreu um processo de esvaziamento pelo Conselho Nacional de Educação, cuja deliberação tem efeito legal. Foram retirados os conteúdos básicos da formação para todos os cursos do Brasil; houve uma alteração nos objetivos profissionais e na direção teórico-metodológica da profissão, dentre outros aspectos. Por exemplo, a defesa da ética como elemento central da formação; foi substituída pelo “ensino da informática”.

O atual processo de avaliação da formação profissional conduzido pela ABEPSS a partir de uma pesquisa de âmbito nacional vai trazer nova agenda de questões ainda não resolvidas na proposta de formação em Serviço Social no país e, em especial, na sua implementação, permitindo um balanço da formação e suas implicações para o exercício profissional. A iniciativa da ABEPSS de fazer uma Pesquisa Nacional sobre Formação Profissional é um momento necessário para subsidiar o debate sobre temas emergentes no Serviço Social, as novas condições de exercício no

**Dessa forma, as diretrizes curriculares trazem algo novo que me parece fundamental: pensar o exercício profissional articulado ao conjunto da realidade do trabalho no Brasil contemporâneo.**

contexto da mundialização do capital sob a égide das finanças e a expansão da formação universitária nos países a partir de uma intensa privatização do ensino superior.

*SS&S Nós gostaríamos de propor uma breve discussão, uma síntese, sobre a oferta de cursos de graduação à distância, bem como sobre o exame de proficiência em Serviço Social.*

**Marilda:** Quanto aos cursos de graduação à distância, existem 06 cursos autorizados pelo MEC no país, com base em dados de março de 2007. Eles estão distribuídos: 01 em uma Universidade Pública Estadual, que é na Universidade de Tocantins (UNITINS), e 05 em Universidades Privadas, contabilizando aproximadamente de 10 mil vagas declaradas, o que representa 30% do total de vagas na área. São cursos de graduação que se iniciaram de 2006 para 2007, e apenas um deles oferta 3800 vagas, e outros na faixa de 2000 vagas (apenas um oferece 200 vagas). Mantida a oferta do atual contingente de vagas no ensino presencial e à distância – uma premissa por demais otimista – a tendência é dobrar o contingente profissional no país em 5 anos, o que traz desafios inéditos para o Serviço Social e para a fiscalização do exercício profissional, que é função do conjunto dos Conselhos: Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS).

A graduação à distância tem uma série de implicações, especialmente no que diz respeito ao estágio, ao acompanhamento da supervisão, às relações dos estudantes com os usuários e suas implicações éticas, que exigem o respeito aos direitos humanos, o apoio à efetivação e ampliação dos direitos de cidadania. Não sou contra a tecnologia do ensino à distância, mas o curso do Serviço Social, ao lidar com sujeitos sociais e seus direitos, requer um acompanhamento presencial, sob o risco de se realizar uma violenta invasão à privacidade dos sujeitos. De outro lado, os estudantes perdem a riqueza da sociabilidade recriada pela vivência do mundo universitário. Certamente, esses cursos a

**A graduação a distância tem uma série de implicações, especialmente no que diz respeito ao estágio, ao acompanhamento da supervisão, às relações dos estudantes com os usuários e suas implicações éticas, que exigem o respeito aos direitos humanos, o apoio à efetivação e ampliação dos direitos de cidadania.**



distância, segundo a legislação, contêm momentos presenciais, nem sempre preservados, expressos na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso; no acompanhamento acadêmico do estágio supervisionado e da supervisão profissional, respeitando-se as legislações profissionais específicas, o que se apresenta como um grande gargalo.

Considero o curso de graduação à distância de Serviço Social um assunto muito complexo, assim como de Medicina, de Odontologia, de Enfermagem, de Psicologia, sob ângulos diferentes. O estágio é parte indissociável da graduação, além da exigência da formação em pesquisa. Nós lidamos com as manifestações da *questão social*, que requerem conhecimento e pesquisa que tornem possível o estabelecimento de estratégias de ação condizentes com as aspirações e necessidades dos sujeitos sociais, o que exige um profissional cultive o espírito investigativo e tenha uma iniciação no campo da pesquisa, o que em geral os cursos à distância não viabilizam.

As nossas entidades já têm uma posição tomada contrária aos cursos de graduação à distância, o que eu referendo. Reafirmo que não se é contra a tecnologia do ensino à distância: eu mesma já assessoriei um curso à distância de pós-graduação *lato-sensu* para profissionais de Serviço Social, fruto de uma iniciativa conjunta da ABEPSS, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Universidade de Brasília (UnB). O problema está nas implicações do ensino à distância para um curso de graduação, de caráter teórico-prático, que tem uma relação direta com a vida cotidiana dos sujeitos com os quais se trabalha. Alia-se a isso o clima de degradação do ensino superior submetido à intensa mercantilização em moldes capitalistas, cujo fim precípua não é a qualidade do ensino e, sim, a ampliação do capital inicialmente investido.

O exame de proficiência é um tema que se encontra em debate e em aberto. Ele entre em pauta nesse quadro de

**Nós lidamos com as manifestações da *questão social*, que requerem conhecimento e pesquisa que tornem possível o estabelecimento de estratégias de ação condizentes com as aspirações e necessidades dos sujeitos sociais, o que exige um profissional cultive o espírito investigativo e tenha uma iniciação no campo da pesquisa.**

crescimento do ensino superior no Brasil com o impulso do ensino privado e, em particular, da expansão do ensino à distância. A expansão exponencial de vagas é uma estratégia de potencializar a lucratividade do “empreendimento educacional”, que reduz a educação universitária a um “negócio” que deve dar lucro. O enfrentamento desse quadro, na perspectiva de zelar pela qualidade da formação acadêmica, vai requerer a construção de um conjunto de estratégias voltadas à preservação da qualidade do exercício profissional em respeito aos cidadãos e cidadãs que o demandam. Dentre elas, podem ser citadas, por exemplo: a formação continuada dos profissionais; o estímulo à expansão dos cursos e vagas – acompanhadas de correspondentes condições de trabalho – nas Universidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais que viabilizam um acesso mais universal ao ensino superior; uma campanha nacional atribuindo visibilidade pública à realidade do ensino superior nessa área. Eu diria que o exame de proficiência – em que a aprovação passa a ser condição para os Conselhos Profissionais autorizarem o exercício profissional dos diplomados –, é certamente uma das estratégias para reverter esse processo de degradação e aligeiramento do ensino superior no país. Entretanto, o exame de proficiência exige uma série de requisitos, inclusive uma Lei Federal que autorize a realização do exame por parte do Conselho Profissional e afirme a sua obrigatoriedade. O tema encontra-se em discussão na categoria, contando com posições favoráveis e contrárias. Registra-se uma série de restrições de parte das entidades representativas dos docentes, profissionais e estudantes. Mas isso não retira a necessidade de se criar um conjunto de estratégias político-profissionais, capazes de terem visibilidade na cena pública, tendo em vista garantir a qualidade da formação e do exercício em defesa do nosso projeto profissional.

**A expansão exponencial de vagas é uma estratégia de potencializar a lucratividade do “empreendimento educacional”, que reduz a educação universitária a um “negócio” que deve dar lucro.**

*SS&S Quais são os principais desafios presentes hoje no âmbito da formação e do exercício da profissão?*

**Marilda:** Eu acho uma pergunta muito difícil, pois são dois mundos, ainda que inter-relacionados. A nossa formação tem uma lista enorme de desafios, a saber: dar continuidade da pesquisa sobre a profissão inscrita na história recente do país e o perfil do trabalho do assistente social na atualidade; construir uma formação acadêmica profundamente enraizada nos dilemas presentes na sociedade brasileira; uma formação que preserve e adense uma base teórico-metodológica, isto é, uma base categorial e metodológica que permita uma leitura crítica da realidade social nas suas múltiplas relações; a discussão das competências e atribuições profissionais, um tema silenciado e deve ser enfrentado pelas agências formadoras. A exceção, que foge ao silêncio antes referido, são as competências e atribuições profissionais no âmbito da formulação, gestão, implementação e avaliação de políticas sociais públicas, programas e projetos sociais, que têm sido amplamente tratadas. A pesquisa é um requisito fundamental ao conhecimento da realidade e não pode ser vista como mera atividade complementar ao trabalho do assistente social. Para mim, é uma dimensão constitutiva desse trabalho, assim como a ético é transversal ao exercício e à formação profissional. Pode ser citada ainda, na lista dos desafios, o estágio e a supervisão, enquanto momentos decisivos na preparação para o exercício profissional; a reivindicada integração teórico-prática, pensada tanto ao nível dos requerimentos propriamente teóricos quanto de suas implicações prático-profissionais.

Como podemos perceber, os desafios são muitos. E além desses, temos ainda o processo de privatização do ensino superior, a ampliação do número de faculdades, o crescimento das vagas, o ensino a distância já referidos, que expressam o direcionamento impresso à política educacional, condizente com os cânones

**A pesquisa é um requisito fundamental ao conhecimento da realidade e não pode ser vista como mera atividade complementar ao trabalho do assistente social.**

neoliberais assumidos pelos últimos governos brasileiros.

No âmbito do exercício profissional, temos vários desafios que passam pela profunda mutação do mercado de trabalho, em que o Assistente Social é submetido às mesmas determinações que afetam o conjunto dos trabalhadores: a degradação das condições de trabalho e a precarização do trabalho; o crescimento do desemprego, do trabalho por tempo parcial, temporário, por projetos; a redução dos concursos públicos e a terceirização dos serviços também nas instâncias do poder executivo; a transferência de uma série de funções do Estado para a iniciativa privada, tal como ocorre no campo de implementação de políticas públicas. A essas condições, alia-se a diluição das fronteiras profissionais e a tendência à desregulamentação das profissões para atender aos “requisitos do mercado”.

Nós temos uma formação generalista por opção e a especialização dar-se-ia ao nível da pós-graduação *lato-sensu*, cujos cursos necessitam ser expandidos tendo em vista a capacitação continuada dos profissionais. Ao mesmo tempo existe uma pressão de segmentos do mercado de trabalho, que chega ao conjunto CFESS-CRESS, para a concessão de *títulos de especialista*, o que implica o estabelecimento de áreas de especialização e de critérios para sua concessão, entrecruzando com as funções da própria universidade.

Como parte dessa enorme pauta de novas questões, tem-se o tema do *voluntariado*, amplamente difundido na atualidade. Esse tema é profundamente provocativo, em decorrência da imagem social da profissão vinculada ao ideário de benemerência. Trata-se, todavia de um trabalho profissional inscrito no contraditório campo dos direitos de cidadania e das desigualdades sociais que a tensionam, o que se refrata nas políticas sociais, campo privilegiado – ainda que não exclusivo – de trabalho dos assistentes sociais. Um trabalho que exige uma capacitação ampla na explicação histórica das *relações sociais* que tecem a *vida*

**Nós temos uma  
formação  
generalista por  
opção e a  
especialização dar-  
se-ia ao nível da  
pós-graduação *lato-  
sensu*, cujos cursos  
necessitam ser  
expandidos tendo  
em vista a  
capacitação  
continuada dos  
profissionais.**

*cotidiana, da questão social e suas expressões na vida dos sujeitos e nas políticas sociais públicas.* Em outros termos, uma atividade profissional que impõe a elucidação das relações sociais que tecem a cotidianidade na sociedade capitalista, em especial, a das classes trabalhadoras nas suas várias dimensões e expressões. Uma profissão que também lida com a mobilização dos sujeitos na construção de estratégias coletivas pelo reconhecimento e satisfação das necessidades sociais em uma sociedade “campeã” da concentração de terra, renda e poder, como ocorre no Brasil.

O desafio maior é afirmar como o poeta Murilo Mendes, – “não sou meu sobrevivente e sim meu contemporâneo”. Ou seja, afirmar um Serviço Social contemporâneo ao seu tempo, mas sem perder o norte já conquistado: uma profissão voltada à defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no país, e comprometida com a radical democratização da vida social, apontado para o horizonte da emancipação humana. Como já dizia Marx, “ser radical é tomar as coisas pela raiz, e a raiz, para o homem, é o próprio homem”.

**SS&S** Professora, no Estado de São Paulo nós contamos hoje com o domínio de Unidades de Ensino Privadas e apenas uma unidade de ensino pública. Quais os caminhos a serem trilhados pela categoria para a criação de cursos na esfera pública?

**Marilda:** Existe um projeto, já aprovado em todas as instâncias acadêmicas da USP, para a implantação do curso de Serviço Social. A elaboração dessa proposta contou com a assessoria da ABEPSS, na pessoa das Professoras Dra. Maria Rosângela Batistoni e Dra. Maria Aparecida Cassab. Apesar de ter passado por todas as instâncias da USP, a proposta ainda não foi implementada. Esta iniciativa daria um alento à expansão de cursos de Serviço Social nas universidades públicas paulistas, além da UNESP. A documentação sobre a história da profissão, em São Paulo, registra um acordo entre a Igreja e o Estado, de que

**O desafio maior é afirmar como o poeta Murilo Mendes, – “não sou meu sobrevivente e sim meu contemporâneo”. Ou seja, afirmar um Serviço Social contemporâneo ao seu tempo, mas sem perder o norte já conquistado: uma profissão voltada à defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no país.**

o curso de Serviço Social ficaria sob o guarda-chuva da Igreja Católica, visto que a formação moral era tida como um dos pilares dessa formação especializada. Esse acordo inicial deve ter sido preservado de alguma forma, pois o Serviço Social só teve uma inserção tardia na UNESP, distinto do que ocorreu em outros estados brasileiros. Certamente o vazio da Universidade Pública nessa área viabilizou uma ampla expansão do ensino privado, também impulsionado com as demandas oriundas da industrialização no interior de São Paulo. Uma das maneiras de enfrentar a atual e avassaladora precarização do ensino, essa ampla e rápida expansão do ensino privado na área de Serviço Social, é certamente estimular a abertura de cursos nas Universidades Públicas. O Serviço Social brasileiro já dispõe uma trajetória acadêmica acumulada que permite lhe estabelecer um diálogo acadêmico sólido e respeitoso com as outras áreas de conhecimento, em especial com as Ciências Sociais.

*SS&S Professora, nós queremos agradecer o carinho, a disponibilidade de estar conversando conosco. Para encerrar, gostaríamos de solicitar que deixasse uma mensagem aos leitores da Revista.*

**Marilda:** Eu deixaria a seguinte mensagem para área de Serviço Social na interface com a Saúde: nós trabalhamos com a *questão social* nas suas múltiplas expressões e a saúde é uma delas. Temos grandes desafios, que supõem conhecimento, pesquisa e a formulação de propostas profissionais que contribuam para fazer avançar a preservação e consolidação dos direitos. E que reforcem a construção coletiva da democracia no cotidiano da vida social, que abranja a economia, a política e a cultura – mas além da democracia formal e procedimental. Os assistentes sociais têm um privilégio: a aproximação ao modo de vida e trabalho daqueles que vivem as conseqüências desse processo de desenvolvimento

**Certamente o vazio da Universidade Pública nessa área viabilizou uma ampla expansão do ensino privado, também impulsionado com as demandas oriundas da industrialização no interior de São Paulo.**

altamente concentrador de capital, de renda e de poder, não como auto-realização, mas como sofrimento, carência e alienação e, exatamente por isso, têm a possibilidade de aspirar um outro momento, uma outra forma de organização de vida em sociedade.

Temos muito a aprender com os cidadãos e cidadãs com os quais trabalhamos. E estamos abertos ao trabalho multi/interprofissional. Acredito que só seremos um “bom profissional”, se formos um profissional culto, permanentemente informado e imbuído de competência crítica, pois a formulação de propostas inovadoras e socialmente fundadas exige o suporte de uma sólida interpretação da vida real. E na história, a vida real não é transparente, sendo necessária uma bagagem categorial e teórico-metodológica que nos permita iluminar e discernir o essencial sob o véu místico – e seus fetichismos – na leitura dos processos sociais e de suas contradições.

Os assistentes sociais constituem uma categoria que muito cresceu acadêmica, social e politicamente. Com profundo espírito público, esses profissionais são constantemente desafiados por contradições e desigualdades socialmente (re)produzidas, mas permanecem atentos às possibilidades que o processo histórico nos abre para a construção de um novo amanhã. Muito obrigada!

**E na história, a vida real não é transparente, sendo necessária uma bagagem categorial e teórico-metodológica que nos permita iluminar e discernir o essencial sob o véu místico – e seus fetichismos – na leitura dos processos sociais e de suas contradições.**

